

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado  
Requerimento de Audiência Pública N.º DE 2017  
(Dos Sr. Nilto Tatto)

*Requer a realização de audiência pública para debater a importância das comunidades tradicionais na proteção da Agrobiodiversidade.*

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 255 do RICD, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, os representantes do Conselho nacional de segurança Alimentar e Nutricional, CONSEA, da Articulação Nacional da Agroecologia, ANA, Ministério do meio Ambiente, Instituto Nacional de Reforma Agrária, INCRA e a Senhora Patrícia Goulart Bustamante da EMBRAPA Sede para debater *a importância das comunidades tradicionais na proteção da Agrobiodiversidade.*

#### **Justificação**

A agrobiodiversidade é definida na Convenção da Diversidade Biológica, CDB, como um termo amplo que inclui todos os componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e alimentação, bem como todos os componentes da biodiversidade que constituem os agroecossistemas: as variedades e a variabilidade de animais, plantas e de microrganismos, nos níveis genético, de espécies e de ecossistemas os quais são necessários para sustentar as funções-chaves dos agroecossistemas, suas estruturas e processos. Em um conceito mais sintético, a agrobiodiversidade pode ser compreendida como “a parcela da biodiversidade utilizada pelo homem na agricultura, ou em práticas correlatas, na natureza, de forma domesticada ou semi-domesticada”.

A agrobiodiversidade é o conjunto de espécies da biodiversidade utilizada pelas comunidades locais, povos indígenas e agricultores familiares. Estas diferentes comunidades conservam, manejam e utilizam os diferentes componentes da agrobiodiversidade. Para dar consecução ao que determina a CDB o Governo Federal criou o Programa Nacional de Agrobiodiversidade, este programa visa estimular as práticas que utilizam a agroecologia como um instrumento de proteção dos recursos biológicos e dos componentes para agricultura e alimentação adequada. É a primeira vez que um Programa governamental reconhece, estimula e valoriza iniciativas populares tradicionalmente existentes de conservação *in situ* e *on farm* da biodiversidade e da agrobiodiversidade. Este Programa é composto por 12 ações a saber:

| AÇÃO   | UNIDADE EXECUTORA |
|--|-------------------|
| - 2B61- Identificação e pesquisa de Espécies da Fauna e Flora de Importância Econômica   | MMA               |
| - 6061- Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazônia e Mata Atlântica, Fomento ao Manejo de Recursos Naturais de Várzeas na Amazônia (Programa Piloto)        | MMA               |
| - 8266- Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Usos Sustentável da Agrobiodiversidade;  | MMA               |
| - 0 8308- Implantação de Unidades Territoriais de Gestão Ambiental Rural (GESTAR)  | MMA               |
| - 8998- Implantação dos Planos de Utilização dos Pólos do Proambiente em Escala Territorial  | MMA               |
| - 2272- Gestão e Administração do Programa   | MMA               |
| - 8606- Desenvolvimento da Agricultura Orgânica-Pró-orgânico   | MAPA              |
| - 8949- Fomento à Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação   | MAPA              |
| - 8983- Pesquisa, Acesso e Tecnologia para o Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade  | MAPA              |
| - 8450- Fomento às Práticas de Conservação, Uso e Manejo da Agrobiodiversidade Desenvolvidas por Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais     | MDA               |
| - 8920- Fortalecimento e Valorização de Iniciativas Territoriais de Manejo e Uso Sustentável Agrobiodiversidade  | MDA               |
| - 90DY – Acompanhamento da Participação de produtos Alimentícios oriundos da Agrobiodiversidade no Programa de Aquisição de Alimentos (ação não orçamentária). | MDS               |

Neste contexto é relevante salientar que o Ministério do Meio Ambiente, unidade executora do Programa em tela, possui maior número de ações, é também aquele que detém o menor índice de execução dos valores a ele destinados, vejamos:

| LOA 2008            |                   | NÍVEL DE EXECUÇÃO | LOA 2009          |        | NÍVEL DE EXECUÇÃO | LOA 2010 |  | NÍVEL DE EXECUÇÃO 2010 |
|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------|-------------------|----------|--|------------------------|
| MMA<br>(5 ações)    | R\$ 26.259.930,00 | 18,12%            | R\$ 19.798.754,00 | 14,15% | R\$ 15.439.057,00 | 12,26%   |  |                        |
| MDA<br>(2 Ações)    | R\$ 1.250.000,00  | 99,93%            | R\$ 1.250.000,00  | 36%    | R\$ 1.250.000,00  | 24,56%   |  |                        |
| MAPA/<br>(2 ações)  | R\$ 1.925.000,00  | 86,73%            | R\$ 1.732.500,00  | 73,41% | R\$ 1.607.000,00  | 51,25%   |  |                        |
| EMBRAPA<br>(1 ação) | R\$ 2.419.000,00  | 92,77%            | R\$ 2.327.100,00  | 98,54% | R\$ 5.231.563,00  | 100%     |  |                        |

Conforme demonstrado, as políticas públicas, que venham garantir a conservação da agrobiodiversidade através do reconhecimento e promoção das práticas tradicionais dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais são de extrema importância. Documento produzido pela FAO para as 5 regiões do mundo, aprovado na plenária intergovernamental em 2008, através do trabalho de diversos estudiosos, denominado *Avaliação Internacional do Conhecimento, Ciência e Tecnologia em Desenvolvimento Agrícola (IAASTD17)*, conclui que o sistema de conhecimento, da ciência e tecnologia desenvolvida pelo sistema de produção atual não contribui com o meio ambiente, a inclusão social, a redução da fome e pobreza, a equidade e diversidade cultural. O documento indica que os sistemas agroecológicos são mais ambiental e socialmente sustentáveis e mais eficientes em termos de energia, e conclui que, a grande dificuldade na preservação do modo de produção

agroecológico é a falta de programas governamentais por parte do Estado. Assim, o Programa Nacional de Agrobiodiversidade é um importante instrumento para efetivação de políticas públicas agrícolas ambiental e socialmente sustentáveis, já que conta com a participação da sociedade civil para sua gestão, no geral conta com orçamento compatível para sua concretização e está dentro da prerrogativa internacional e nacional de valorização das iniciativas de conservação dos recursos genéticos e do conhecimento associado.

Assim, conclamo os nobres pares à aprovarem este requerimento para que possamos avançar nas questões relativas a produção agrícola com a devida proteção da agrobiodiversidade.

Sala da Comissões, em 7 de abril de 2017.

Nilto Tatto

Deputado Federal PT/SP